

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Produtos de higiene e beleza atraem consumidores

Mercado de beleza e higiene soma mais de R\$ 240 bilhões

As famílias brasileiras devem desembolsar cerca de R\$ 242,3 bilhões com higiene e cuidados pessoais até o final deste ano, o que representa uma alta de 11,2% em relação a 2024, quando foram desembolsados quase R\$ 218 bilhões, mostra a Pesquisa IPC Maps, empresa que estuda potencial de consumo dos brasileiros. Nos cálculos são levadas em conta despesas com

Varejista

Em ritmo menor, a quantidade de comércio varejista — que engloba cosméticos, artigos médicos e óticas —, passou de 308.849 para 312.439 estabelecimentos. Essa alta de 1,2% é reflexo, principalmente, da redução dos Microempreendedores Individuais (MEIs).

Atividades

Cerca de 60% das empresas brasileiras não sobrevivem após cinco anos de atividade, proporção ainda maior entre os negócios de menor porte. Em 2023, mais de 2,15 milhões de empresas fecharam as portas no país, equivalente a quatro empresas encerradas por minuto.



Delegação brasileira de jovens na África do Sul

Brasil no G20 YEA: delegação jovem atrai investidores

A participação brasileira no G20 Young Entrepreneurs Alliance (YEA), em Joanesburgo e Sun City, na África do Sul, de 18 a 22 de setembro, resultou em contatos comerciais e sondagens de investimento. Durante a missão, houve consultas sobre açúcar, arroz e soja de origem brasileira, além de propostas de forne-

Setor privado

Os participantes tiveram encontros com autoridades e representantes do setor privado local, e reuniões bilaterais entre o Brasil e países. De acordo com a entidade de jovens empresários, as conversas abriram frentes de avaliação setorial, que poderão avançar para negociações.

Comunicado

No encerramento, os representantes nacionais assinaram o Communiqué do G20 YEA, que será apresentado ao G20 em novembro. O texto aborda segurança alimentar e agricultura sustentável, transição verde, previsibilidade nas regras de comércio e inovação digital.

Mercado

“O encontro mostrou que há disposição em conhecer mais o mercado brasileiro. Além do interesse por produtos, instituições financeiras sondaram aportes em fintechs e cada delegado conseguiu abrir conversas para o seu setor”, disse Fábio Saraiva, presidente da Conaje.

Afinidades

No evento, representantes da Conaje identificaram durante a missão áreas de maior afinidade entre o Brasil e a África do Sul, como tecnologia e serviços especializados, agroindústria e biocombustíveis, energia renovável e educação empreendedora, entre outros.



Pagamento do rotativo do cartão de crédito é o vilão dos juros altos, segundo o BC

Juros do rotativo de agosto chegam a 451,5% ante 446,6%

Endividamento das famílias teve alta de 48,6%

Por Martha Imenes

Os brasileiros continuam enfrentando um dos maiores vilões do orçamento doméstico: os juros do cartão de crédito para pessoa física e empresas em agosto chegou a 451,51% ao ano, ante os 446,6% registrados em juho, segundo informações das Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas pelo Banco Central (BC). Com taxas de juros estratosféricas, e que não param de subir, a modalidade se mantém como uma das mais caras do mercado. No entanto, especialistas apontam caminhos para escapar dessa armadilha.

Segundo analistas financeiros, a principal forma de evitar o rotativo é simples: pagar o valor total da fatura até o vencimento. “O pagamento integral elimina qualquer co-

brança de juros. É a forma mais eficaz de manter o controle”, afirma Mariana Lopes, educadora financeira.

Quando isso não é possível, o parcelamento da fatura pode ser uma alternativa menos onerosa. Bancos costumam oferecer condições com juros mais baixos que os do rotativo, embora ainda seja necessário cautela. “O parcelamento é uma saída emergencial, não uma solução recorrente”, alerta Mariana.

Aplicativos de controle financeiro e alertas de vencimento ajudam o consumidor a se organizar. Estabelecer um limite pessoal de gastos — inferior ao limite do banco — também é recomendado. “O cartão não deve ser visto como extensão da renda, mas como ferramenta de conveniência”, diz a especialista.

Segundo o Banco Central, a inadimplência - atrasos acima de 90 dias - registrou 3,9% em agosto, sendo 4,8% nas operações para pessoas físicas e 2,6% com pessoas jurídicas.

Pequeno recuo

O endividamento das famílias - relação entre o saldo das dívidas e a renda acumulada em 12 meses - ficou em 48,6% em agosto, redução de 0,2% no mês e aumento de 0,7% em 12 meses. Com a exclusão do financiamento imobiliário, que pega um montante considerável da renda, o endividamento ficou em 30,4% no sétimo mês do ano.

Em casos de endividamento, Mariana orienta a negociar com o banco pode abrir portas para linhas de crédito com juros menores, como o empréstimo pessoal ou consignado.

Comprometimento de 27,9% da renda

O comprometimento da renda, – relação entre o valor médio para pagamento das dívidas e a renda média apurada no período - ficou em 27,9% em julho, com aumento de 0,1% na passagem do mês e 1% em 12 meses, aponta a pesquisa do BC.

Os dois últimos indicadores são apresentados com uma defasagem maior do mês de divulgação, pois o Banco Central usa dados da Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Lei em vigor

Mesmo com a limitação de cobrança dos juros do rotativo - em vigor desde janeiro do ano passado - os juros seguem variando sem uma queda expressiva ao longo dos meses. Isso porque a medida visa reduzir o endividamento, mas não afeta a taxa de juros pactuada no

momento da contratação do crédito.

Nos 12 meses encerrados em agosto, os juros do cartão de crédito rotativo subiram 24,6 pp para as famílias. O crédito rotativo dura 30 dias e é tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão de crédito. Ou seja, contrai um empréstimo e começa a pagar juros sobre o valor que não conseguiu quitar.

Concessões de crédito de R\$ 633,8 bilhões em agosto, queda de 0,2%

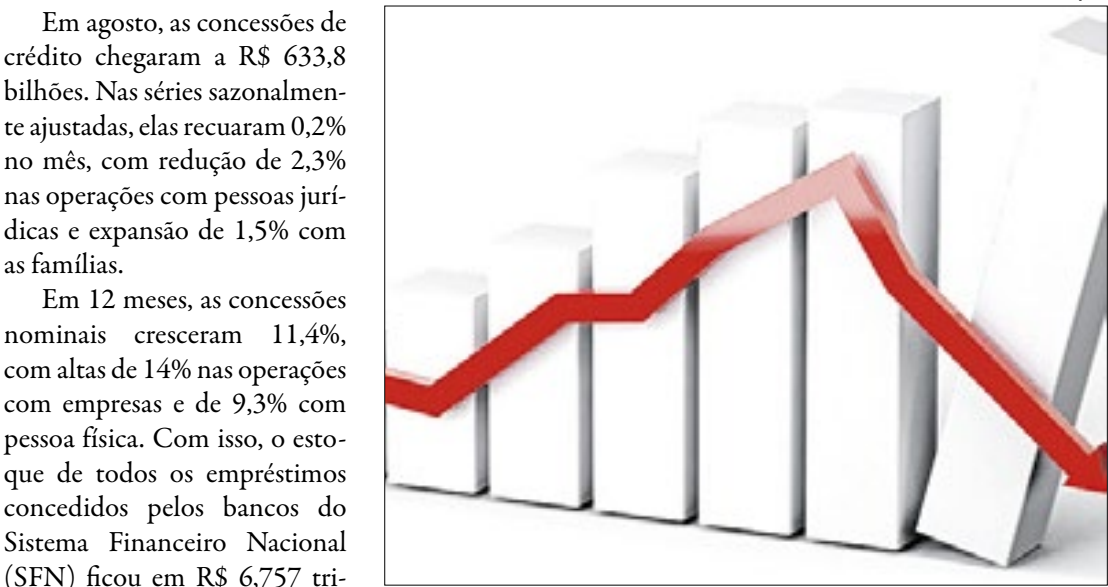


Gráfico mostra rota descendente

Em agosto, as concessões de crédito chegaram a R\$ 633,8 bilhões. Nas séries sazonalmente ajustadas, elas recuaram 0,2% no mês, com redução de 2,3% nas operações com pessoas jurídicas e expansão de 1,5% com as famílias.

Em 12 meses, as concessões nominais cresceram 11,4%, com altas de 14% nas operações com empresas e de 9,3% com pessoa física. Com isso, o estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos do Sistema Financeiro Nacional (SFN) ficou em R\$ 6,757 trilhões, um crescimento de 0,5% em relação a julho. Esse resultado decorreu das expansões de 0,2% e de 0,7% das carteiras de crédito para pessoas jurídicas e famílias, respectivamente, cujos saldos fecharam o mês em R\$ 2,547 trilhões e R\$ 4,209 trilhões, na mesma ordem.

O crédito ampliado ao setor

não financeiro - que é o crédito disponível para empresas, famílias e governos, independentemente da fonte (bancário, mercado de títulos ou dívida externa) - alcançou R\$ 19,748 trilhões, com aumento de 1,1% no mês, refletindo principal-

mente o acréscimo de 2,8% nos títulos públicos de dívida.

Em 12 meses, o crédito ampliado cresceu 11,7%, com avanço nos títulos públicos de dívida (17%), nos empréstimos do SFN (9,7%) e nos títulos privados de dívida (17,2%).

Alta das taxas bancárias acompanha Selic a 15%

Como esperado, a alta dos juros bancários acompanha o ciclo de elevação da taxa básica de juros da economia, a Selic, definida em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. A Selic é o principal instrumento usado pelo Banco Central para controlar a inflação.

Ao aumentar a taxa, o BC visa esfriar a demanda e conter a inflação, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, fazendo com que as pessoas consumam menos e os preços caiam. O próximo encontro do Copom para definir a Selic será em novembro e a previsão é que a taxa fique em 15% ao ano, pelo menos, até o fim de 2025.

Críticas

Economistas e setores produtivos criticam os juros em 15% por prejudicarem o investimento, a geração de empregos e a indústria, além de aumentarem a dívida pública e contribuírem para a inadimplência e a pobreza. Eles argumentam que a taxa é alta o suficiente para manter as pessoas vivendo de renda, desestimulando atividades produtivas. O Banco Central, no entanto, justificou a manutenção em 15% por considerar a inflação ainda elevada e a necessidade de mais cautela diante de incertezas econômicas e internacionais.

O spread bancário – diferença entre a taxa de juros que um banco paga para captar recursos – apresentou alta de 0,3 pontos percentuais (pp) no mês e 2,2 pp em 12 meses.